

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Farias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman,

Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano,

Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos,

Thiago Amparo, Luiz Farias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu

DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), Everton Fonseca (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Promessas de risco

Pauta sindical, abraçada por Lula no 1º de Maio, nem sempre se traduz em boas políticas públicas

De longe a maior figura histórica do sindicalismo brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não deixaria de aproveitar um 1º de Maio para mobilizar sua base política mais poderosa e atuante. Entretanto a pauta das categorias organizadas, por legítima que seja, nem sempre se traduz nas melhores escolhas para as ações de Estado.

O exemplo mais escandaloso é a promessa, reafirmada em cadeia nacional de rádio e TV e a ser cumprida até o fim do mandato, de isentar do Imposto de Renda ganhos de até R\$ 5.000 mensais.

Mesmo que houvesse — e não há nem haverá — folga no Orçamento para tamanha benesse, a medida seria um erro. Trata-se de favorecer estratos com rendimentos muito superiores aos da média dos trabalhadores do país, de R\$ 2.880 segundo os dados do IBGE.

O governo nem mesmo apresentou cálculos para o custo do compromisso, mas especialistas estimam algo entre R\$ 100 bilhões e R\$ 200 bilhões anuais em perda de arrecadação, a depender dos procedimentos adotados.

Como o Tesouro é deficitário, a aparente bondade resultaria em mais dívida pública, a ser paga por toda a sociedade com juros elevados. Seria a pá de cal sobre o programa fiscal proposto pela pasta da Fazenda, já recebido com ceticismo por depender de um crescimento exagerado das receitas.

Não há maior conexão porque

sobram dúvidas sobre se o mandatário levará a cabo sua promessa — já descumprida, aliás, pelo antecessor, Jair Bolsonaro (PL). De todo modo, Lula joga contra sua credibilidade, agora ou mais à frente.

É também delicado, no contexto atual, o anúncio da volta da política de reajustes anuais do salário mínimo acima da inflação, embora em termos ainda vagos.

O mínimo não tem a mesma importância para a redução da pobreza de 20 anos atrás, no primeiro mandato do petista — ainda mais depois que o Bolsa Família, que atende os estratos mais carentes, triplicou de tamanho.

Caberia discutir, por exemplo, a desvinculação entre o piso salarial e os benefícios da Previdência, sobre a qual recairia o maior impacto de eventuais reajustes reais. A expansão da maior despesa federal encurtaria o espaço orçamentário para prioridades como saúde, hoje subfinanciada, e infraestrutura.

Há muito a fazer, sem dúvida, para tornar a tributação e o gasto público mais justos e eficientes. Do lado da receita, reduzir o peso dos impostos sobre o consumo, que oneram os mais pobres, e aumentar a taxa da renda das rendas mais elevadas. Na despesa, eliminar privilégios a setores influentes.

Sindicatos podem e devem apresentar seus pleitos, mas o presidente precisa levar em conta os interesses de toda a sociedade, em especial os da maioria desmobilizada.

Demarcação, enfim

Lula revive homologação de terras indígenas e põe fim a cindo anos de omissão e incúria bolsonarista

O hiato obscurantista capitaneado por Jair Bolsonaro (PL) na questão indígena teve desfecho concreto na sexta-feira (28). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou decreto de homologação de seis terras indígenas (TIs), o que não ocorria desde 2018.

A medida sela a reviravolta iniciada com a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a transferência da Funai para sua alçada, vinda da pasta da Justiça. Ademais, os dois órgãos passaram a ser chefiados por representantes de povos originários, respectivamente Sônia Guajajara e Joenira Wapichana.

Com a homologação, o governo dá consequência prática à reorientação da política setorial e retoma o reconhecimento do direito constitucional das etnias a suas terras.

A Constituição de 1988 estipula no artigo 231 que o direito às TIs é originário e que à União compete apenas demarcá-las e protegê-las. Contudo, até o decreto de sexta restavam por homologar 242 delas, enroscadas em alguma fase preliminar do processo (restrição de uso, identificação e declaração).

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), os territórios pendentes somavam mais de 105 mil km² (ante 1,06 milhão km² de 490 TIs

que tinham reconhecimento finalizado). As seis glebas demarcadas agora abrangem 13,2 mil km² nas regiões Norte, Nordeste e Sul.

Bolsonaro cumpriu sua promessa eleitoral de não demarcar “nem um centímetro”, o que contribuiu para acentuar a imagem brasileira de pária internacional. Mas não foi o primeiro a negligenciar a obrigação indicada na Constituição.

Ainda conforme o ISA, os presidentes que mais homologaram foram o tucano Fernando Henrique Cardoso (296,1 mil km², na média por mandato) e Fernando Collor (264 mil km² em dois anos meio). Lula oficializou cerca de 93 mil km² por mandato. Com Dilma Rousseff (PT), o ritmo despencou para 32,6 mil km² até o seu impeachment. Michel Temer (MDB) homologou meros 192 km².

Bolsonaro não demarcou e, para piorar, trouxe a indole desumana de seus incentivos ao garimpo ilegal e ao desmatamento.

A presente retomada da homologação de terras indígenas, ainda que poucas até aqui, devolve o Brasil ao campo das nações que buscam eliminar nós sociais que do período colonial impõe ao presente e ao papel de protagonista global na seara do meio ambiente.



Humano, demasiado humano

Hélio Schwartzman

Os não tão novos se lembrarão de quão ruins eram os primeiros programas de computador que se propunham a traduzir textos de um idioma para outro. Muita coisa não fazia sentido e, do que fazia, grande parte estava simplesmente errada. Linguagens naturais encerram uma carga quase proibitiva de ambiguidades e polissemias. O panorama começou a mudar quando os programadores abandonaram a estratégia linguisticamente mais intuitiva de trabalhar em cima de listas de palavras (dicionário) combinadas com as regras sintáticas e partiram para a força bruta. Inspirados nas ideias de Claude Shannon (1916-2001) e sua teoria da informação e com acesso a megabancos de dados de documentos bilíngues, com bilhões e bilhões de frases, os cientistas resolveram apostar em métodos estatísticos, que analisam todas as possibilidades de traduções registradas, calculam suas frequências e a partir daí tentam adivinhar a expressão “certa”. Funcionou, e programas como o ChatGPT e seus concorrentes são os filhotes desses

algoritmos linguísticos ancestrais.

Vejo aí duas lições a extrair. A primeira é que o sucesso do método revela que clichês e repetições estão muito mais profundamente enraizados em nossas existências do que estaríamos prontos a admitir. Gostamos de nos imaginar como seres criativos, mas a verdade é que somos tão previsíveis que, quando computadores modelam nossas repetições e agem segundo seus padrões, eles se passam bem por humanos, sendo aprovados sem maiores dificuldades no teste de Turing.

A segunda é que os computadores, ao papagaiair nossas instâncias, acabam reproduzindo nossos vieses. É lamentável, mas não chega a ser uma surpresa que esses programas linguísticos incorram em racismo, delírios, explosões do que parece ser raiva, inventem citações e até mesmo fatos. Como diria Nietzsche, isso é “humano, demasiado humano”.

PS — Dou dez dias de trégua aos leitores. helio@uol.com.br

Transgressão premiada

Dora Kramer

O ato de mentir não é um mal em si. Vai do exercício da boa educação até a prática de crueldade ou da mera desonestidade, passando às vezes pela demonstração de generosidade. A mentira anda de braço dado com a humanidade desde sempre.

Portanto, o projeto de lei que trata da circulação de notícias falsas cujo início de discussão na Câmara está marcado para esta terça-feira (2), não aborda assunto a respeito do qual nada se saiba. Na política há intimidade, excessiva até, com o tema. A novidade é o meio, as redes digitais onde a maioria ainda engatinha.

Nesse contingente majoritário reside a maior parte dos congressistas que agora têm a tarefa de estabelecer as normas pelas quais as plataformas deverão se conduzir, certamente com reflexos sobre o comportamento dos usuários.

Embora suas excelências possam ser catedráticas na produção de inverdades, são neófitas no diálogo com a modernidade. Disso dá notícia a barafunda de dissensos no

ambiente em que se inicia a tramitação daquela que é uma obra em aberto à disposição de variados e poderosos lobbies.

O único consenso por ora é um elogio ao privilégio tão arcaico quanto indevido. O salvo-conduto para os parlamentares usarem da imunidade para fazer tudo aquilo que acertadamente seria vedado às empresas e aos cidadãos: a disseminação de conteúdos impróprios à convivência em sociedade.

À primeira vista pode parecer um ponto secundário, mas não é. Ao contrário, é prioritário. A fim de facilitar a aprovação, consignou-se que deputados e senadores podem infringir à vontade as regras impostas aos demais mortais sem correr riscos.

Tal licença para transgredir carinha na proposta de combate às fake news um vício de origem que a suas altezas precisam ser instadas a consertar. São pena de comprometerem o regulamento que, se não vale para todos, não pode valer para ninguém.

A influência da mentira

Alvaro Costa e Silva

Como doença insidiosa, o plano autocrata de Bolsonaro foi se infiltrando aos poucos nas instituições. Dentro do governo, no Congresso, nas Forças Armadas, nos órgãos do Judiciário (inclusive o STF), na PGR, nas polícias de maneira geral, nas agências de inteligência e fiscalização, nas administrações estaduais e municipais aliadas, nos meios de comunicação. Pode-se dizer que foi uma ação constante e sem alar de, tentando manter uma aparência de normalidade republicana — a famosa “moderação”. Era o fascismo (ainda) envergado.

O segundo mandato completaria o processo. Como a sociedade e as próprias instituições sob ataque reagiram e a reeleição não veio, apesar das tentativas de manipulação do voto, encenou-se o enredo golpista às claras, culminando com a invasão e depredação dos prédios dos três Poderes, a intencional bolsonarista de 8/1, hoje negada pelos terraplanistas.

Em um só lugar, Bolsonaro foi sin-

cerado, jamais escondendo suas reais intenções. Desde a campanha eleitoral de 2018, ele considera as mídias sociais uma terra de ninguém. Um campo onde brota tudo com o qual o ex-presidente se identifica. A mentira em primeiro lugar, ao lado do racismo, da homofobia, do negacionismo científico, dos discursos de ódio, da violação de direitos humanos. Sem falar nos conteúdos ilegais e perigosos que, não controlados pelas plataformas, incentivam atentados nas escolas.

Sob efeito de morfina ou não, estando ele a falar no cercadinho do Alvorada para os membros robotizados da seita ou no salão do palácio diante do corpo diplomático internacional, as cargas de Bolsonaro contra a democracia foram pensadas na repercussão que alcançariam na internet.

Atualmente o celular do capitão anda com a bateria fraca. O trabalho sujo está com os parlamentares que, em consórcio com as big techs, usam a influência no mundo digital para boicotar o PL que regula as redes.

Mulheres perdidas

Juliano Spyer

Antropólogo, pesquisador do Cecons/UFRJ, autor de “Povo de Deus” e criador do Observatório Evangélico

Recebi na semana passada mensagens de três evangélicas contando suas vivências na fronteira entre a religião e o feminismo. São casos narrados por mulheres advindas das camadas médias e altas, com títulos universitários e ligadas a igrejas históricas. Leia cada um a seguir.

Ingratidão: “Hoje sou uma espécie de mula sem cabeça para a comunidade da igreja que eu frequento por 20 anos como esposa de pastor — e por muito mais tempo como membro. Mas a minha carreira ficou incompatível com a vida de esposa de pastor. Ao me separar, perdi toda a rede de amizades ligada à igreja, pessoas que acolhi em casa, ajudei, vesti entes queridos quando morreram, ensiei coral, cuidei dos filhos. Nunca mais me cumprimentaram nem perguntaram se meus filhos e eu estávamos bem, se tínhamos contas para pagar. Foi como se a minha realidade estivesse costurada e, de repente, alguém puxou um fio...”

Faz de conta: “Na igreja em que cresci, o que mais vejo são mulheres empoderadas que interpretam personagens de mulheres submissas aos maridos. Em casa elas têm voz, mas na igreja elas reforçam o discurso de que a mulher é a rainha do lar e que seu papel maior é o da maternidade. É como se ali não existisse quem prioriza a vida profissional ou tenta conciliar maternidade e carreira. Todo mundo sabe que isso existe, mas esse lado da vida das mulheres fica silenciado na igreja. Ouço piadas machistas e fico procurando interloquutas para falar sobre o meu incômodo, mas vejo as mulheres rindo junto. Sei que outras sentem o mesmo que eu, mas é difícil nos manifestarmos ali”.

Fé vs. Razão: “Particpei recentemente de um grupo de leitura e estudos feministas. Durante o encontro, uma das integrantes apresentou um vídeo de mulheres de uma igreja neopentecostal repudiando o feminismo. Daí essa participante conduziu ser impossível conciliar cristianismo e feminismo, e várias outras presentes concordaram. Me posicionei dizendo que aquilo era absurdo, que eu sou cristã, teóloga e feminista. Elas nunca tinham ouvido falar da teologia feminista. Foi tão decepcionante que abandonei o grupo. Depois me lembrei de amigas que disseram que grupos feministas têm dificuldades em lidar com feministas cristãs. Mas se eu tiver que abdicar da minha fé para estar nesse grupo, não vou participar”.

As autoras desses relatos pediram ajuda a outras mulheres e não foram atendidas, nem dentro nem fora de suas comunidades de fé. Apesar disso, é nas igrejas históricas que evangélicas estão mais dispostas a criar pontes para defender os direitos das mulheres. Talvez mais até do que as feministas que não são cristãs.